

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ATLÂNTICO - INOVAÇÃO

1º O INSTITUTO ATLÂNTICO, inscrita no CNPJ 04.614.281/0001-23, com sede na AVENIDA WASHINGTON SOARES, 909 - EDSON QUEIROZ, Fortaleza - CE será denominada “**CONTROLADORA**”; e NUCLEO DE INOVACAO E NOVOS NEGOCIOS APLICADOS (NINNA), inscrita no CNPJ sob o número 33.247.993/0001-50, localizada na Av. Dom Manuel, nº 1020, Conjunto 61, Bloco 9, CEP 60060-090 | Fortaleza - CE, denominada “**OPERADORA**”.

2º O usuário deste sistema de cadastro, portador dos dados pessoais **Nome, telefone, endereço, e-mail, endereço de IP, data e hora, geolocalização, características do dispositivo de acesso, navegador e versão, cargo, setor e empresa** doravante denominado “**TITULAR DE DADOS**”.

CONSIDERANDO:

Que, em decorrência da necessidade de obter acesso ao ambiente de ensino realizamos o tratamento dos dados do **TITULAR**, este **CONSENTE** com o tratamento dos seus dados fornecido a **CONTROLADORA**, no território nacional, existente e vigente entre **CONTROLADORA** e **TITULAR**, utilizará para os fins especificados nestes termos, sendo que, neste ato, o **TITULAR DE DADOS** declara o seu consentimento e conhecimento para utilização dos dados pessoais.

As **PARTES em comunhão de desígnios e no livre exercício de suas faculdades firmam o presente “Termo de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais”, cuja relação jurídica submete-se à legislação pátria e passa a ser regida, especificamente, pelas seguintes cláusulas e condições.**

CLÁUSULA PRIMEIRA: Para os fins do presente **Termo de Consentimento** para Tratamento de Dados Pessoais, são considerados termos definidos, no singular ou no plural e em suas variações verbais e nominais, as expressões grafadas com letra maiúscula, de forma que sempre que tais expressões forem referidas neste instrumento, terão os significados que lhe tenham sido especificamente atribuídos, nos termos da Lei 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados:

- a) **CONTROLADORA:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- b) **TITULAR:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- c) **OPERADOR:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlado;
- d) **CONSENTIMENTO:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- e) **DADO PESSOAL:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- f) **DADO PESSOAL SENSÍVEL:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

CLÁUSULA SEGUNDA: De acordo com os termos da Lei 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados, bem como os termos definidos acima, o **TITULAR DE DADOS** declara, através deste termo, seu **CONSENTIMENTO e AUTORIZAÇÃO** para a **CONTROLADORA**, e ainda, os **OPERADORES** por ela designados, realizar o tratamento de seus **DADOS PESSOAIS** especificamente para as finalidades definidas na **CLÁUSULA TERCEIRA**.

CLÁUSULA TERCEIRA: Os **DADOS PESSOAIS** definidos por este objeto poderão ser tratados pela **CONTROLADORA** e seus **OPERADORES**, para as finalidades específicas descritas abaixo:

- I - Realizar campanhas de marketing em canais de comunicação online;
- II - Atender solicitações e reclamações;
- III - Responder pedidos de informações (por telefone, chats, e-mail etc.);
- IV - Solicitar feedbacks;
- V - Personalização da navegação conforme as preferências do usuário;
- VI - E-mail para envio de materiais gratuitos e envio de marketing que ajudam a fomentar o negócio;
- VII - Inscrição Landing Page;
- VIII - Realizar contato via e-mail ou telefone;
- IX - Realizar análises estatísticas para identificar padrões e otimizar a apresentação de ofertas relevantes.

CLÁUSULA QUARTA: Autorizo, ainda, como **OPERADORES** dos **DADOS PESSOAIS** a serem utilizados para a finalidade acima, pessoas físicas e jurídicas estipuladas pela **CONTROLADORA**, especificamente para os fins previstos nas cláusulas acima, sendo que, qualquer finalidade diversa das previstas na **CLÁUSULA SEGUNDA** serão objeto de um novo **TERMO DE CONSENTIMENTO**.

CLÁUSULA QUINTA: A **CONTROLADORA** fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do **TITULAR**, com nossa agência e plataformas digitais, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que, sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

CLÁUSULA SEXTA: O **TITULAR DE DADOS** se declara ciente de que este **TERMO DE CONSENTIMENTO** envolve o tratamento de seus **DADOS PESSOAIS**.

CLÁUSULA SÉTIMA: O **TITULAR DE DADOS** se declara maior de 18 anos e a **CONTROLADORA** de dados não tratará dados de crianças e adolescentes intencionalmente.

CLÁUSULA OITAVA: O **TITULAR DE DADOS** fica ciente de que a **CONTROLADORA** poderá permanecer com os seus dados em sistema de tratamento de dados com proteção e segurança adequados até que seja solicitado a revogação e/ou serão eliminados após o seu tratamento.

CLÁUSULA NONA: O **TITULAR DE DADOS** poderá requisitar seus direitos mediante preenchimento em formulário no website e/ou tirar dúvidas com a **CONTROLADORA**, conforme previsto em lei, com prazo de retorno de até 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA: A qualquer tempo, o **TITULAR** poderá revogar o consentimento concedido através do presente Termo, desde que, a revogação seja feita por escrito à **CONTROLADORA**, concedendo prazo mínimo de 15 (quinze) dias para que a mesma interrompa o tratamento de dados do **TITULAR**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A **CONTROLADORA** se responsabiliza por manter medidas preventivas, segurança, utilizando medidas técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do Titular e comunicação a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), comunicando ao Titular, caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme artigo 48 da Lei nº 13.709/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da comarca de Fortaleza (CE).